

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - LITORAL

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

MATINHOS – PR

2010  
KARIN JULIANA RIBAS

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista no curso de Pós-Graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná -Setor Litoral.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Francéli Brizolla

2010  
**SUMÁRIO**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>RESUMO .....</b>   | <b>4</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                     | <b>5</b>  |
| <b>1 A ESCOLA E O PROCESSO PEDAGÓGICO.....</b>              | <b>6</b>  |
| <b>2 FAMÍLIA E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>   | <b>11</b> |
| <b>3 A ESCOLA E A FAMÍLIA: COMO SE DÁ ESSA RELAÇÃO.....</b> | <b>15</b> |
| <b>4 OS PROCESSOS DE INCLUSÃO NA APAE DE MATINHOS.....</b>  | <b>19</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                           |           |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                     |           |

## RESUMO

Este artigo faz uma revisão bibliográfica sobre o tema da participação da família e da escola no desenvolvimento social da pessoa com necessidades especiais. A educação especial necessita, com urgência, de melhoramentos que possibilitem recuperar a credibilidade do trabalho pedagógico, solucionar problemas crônicos de evasão, ampliar a participação da comunidade, envolver de forma mais significativa, pais, professores e funcionários e recuperar a sua imagem positiva perante a sociedade. E isso pode ser feito através da integração família - escola. Assim, este estudo busca subsídios para entender esse processo, uma vez que a família é um dos principais fatores de motivação dos alunos. Para tanto, optou-se por realizar um breve estudo sobre a educação especial no Brasil, abordando a questão das instituições especializadas de cunho eminentemente terapêutico, uma vez que esta modalidade educacional está se chocando com as propostas de uma escola para todos, aberta às diferenças e, em consequência, inclusiva. O referencial teórico enfoca o ponto de vista dos documentos legais, dos planos e políticas educacionais, e de estudiosos do tema, apresentando alguns indicadores pelos quais avalia-se os benefícios da participação da família do desenvolvimento social e educacional da pessoa com necessidades especiais.

Palavras-chave: família; escola; educação especial.

## ABSTRACT

This article reviews the literature on the topic of family involvement and school social development of people with special needs. The special education needs, urgently, to enable improvements to restore the credibility of the pedagogical work, to solve chronic problems of evasion, expand community participation, involve more significantly, parents, faculty and staff and regain its positive image before the society. And it can be done by integrating family - school. Thus, this study seeks subsidies to understand this process, since the family is a major factor in student motivation. To this end, we chose to conduct a brief study of special education in Brazil, addressing the question of its specialized therapeutic eminently, since this type of education is colliding with the proposals for a school for all, open to differences and, consequently, inclusive. The theoretical framework focuses on the viewpoint of legal documents, plans and educational policies, and scholars of the subject by presenting some indicators by which we evaluate the benefits of family participation in social and educational development of people with special needs.

Keywords: family, school, special education.

## INTRODUÇÃO

É através da educação que o indivíduo pode desenvolver suas faculdades físicas, intelectuais, afetivas e sociais, relacionadas às suas capacidades e aptidões se efetivando em todas as relações sociais.

Assim, é função da escola garantir igualdade de oportunidades e permitir que crianças com necessidades especiais possam relacionar-se com outras crianças e estabelecer trocas para poderem crescer. Na imitação e no espelhamento, elas (e as outras crianças) se desenvolvem. São necessários exemplos que as façam superar fraquezas e despertar potencialidades, pois a igualdade nos relacionamentos não permite trocas e estagna o desenvolvimento.

Deste modo, dentro de um amplo projeto, os princípios da educação especial vão além de inserir crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino, pois há necessidade de medidas de atendimento especializado aos que precisam, incluindo não só as crianças com deficiências, mas as excluídas por motivos que também as tornam portadoras de necessidades educacionais especiais.

De acordo com a política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva (2008), a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

Neste sistema integrado, as oportunidades são comuns e diversificadas, favorecendo o desenvolvimento do ideal democrático através de um ambiente o menos restritivo possível. No entanto, para se integrar na família, escola e comunidade, a pessoa com necessidade especial necessita, como qualquer outra pessoa, de interagir, através de pessoas e objetos, desempenhando atividades básicas de rotina, locais e externas, fundamentais e indispensáveis para a inserção em seu meio social, com autonomia moral e intelectual.

Desta forma, um ponto importante a ser observado com relação aos direitos da pessoa com necessidades especiais é a dimensão sócio-ética relacionada à igualdade de oportunidades e aos direitos das pessoas com

deficiência, exaltando-se a importância da participação, poder de decisão e escolha dessas pessoas no que diz respeito a atividades e papéis inerentes a áreas decisivas da qualidade de vida.

O objetivo deste estudo é observar como a escola pode auxiliar e orientar a família das pessoas com necessidades especiais na prática do desenvolvimento social e educacional, uma vez que fazer parte da sociedade é essencial na formação de todo indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento global.

## **1 A ESCOLA E O PROCESSO PEDAGÓGICO**

No Brasil, a situação do ensino é bastante diferenciada de uma região para outra, de uma escola para outra e, portanto, não se ajusta ao modelo proposto que pretende uma escola igual para todos.

As experiências sempre têm como ponto de partida uma teoria e não uma prática concreta, e é sempre em nível de sala de aula que isso se faz perceber a práxis. É preciso criar diretrizes amplas que possibilitem a cada escola tratar da sua realidade, introduzir soluções próprias para atender suas necessidades e não apenas seguir propostas pré-determinadas.

Assim, as escolas deverão oferecer uma metodologia que possibilite, a curto prazo, o envolvimento de todos os interessados, comunidade, pais, alunos, professores, no encaminhamento de soluções para os problemas crônicos que a afligem e no aumento da sua efetividade em relação ao papel social que a educação deve ter para todos.

Com relação aos professores, ao trabalhar com alunos da educação especial, é necessário ser capaz de conhecer, criar, sentir, interagir, avaliar e fazer história, constituindo-se em um elemento indispensável dentro do processo educacional. Ou seja, o envolvimento do professor em uma forma multidisciplinar de encarar a aprendizagem, desenvolvendo vivências, dinâmica e laboratórios, e tomando como ponto de partida exercícios de auto-reflexão, servindo-se de materiais e fundamentação teórica que permitam a visão integradora entre as várias faces do conhecimento.

Com relação ao processo pedagógico, Cagliari (1995, p.10) aponta que o início do desenvolvimento social se dá nos primeiros anos escolares. A biografia pessoal de cada aluno, enquanto história vivida em máxima profundidade, é ponto

de partida adequado para o processo de socialização. O momento mais importante da formação escolar de uma pessoa, assim como a invenção da escrita foi o momento mais importante da história da humanidade.

Quando se fala em educação para pessoas com necessidades especiais, o conceito de educação como conjunto das condições de acessos aos bens culturais de uma sociedade torna-se essencial. Isso ocorre porque a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, com responsabilidade de estender esses bens aos educandos e, ao mesmo tempo, favorecer um desenvolvimento cognitivo, afetivo e social (MARTINS, 2004).

Para Carvalho e Almeida (1991, p.14), “no âmbito escolar, a educação de alunos com necessidades especiais deve ser entendida como processo que visa ao desenvolvimento do educando assegurando-lhe a formação necessária para o exercício da cidadania plena”.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva, (2008) A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência.

Percebe-se, entretanto, que muitos educadores, pais e profissionais interessados a confundem como uma forma de assistência prestada por abnegados a crianças, jovens e adultos com deficiências. Mesmo quando concebida adequadamente, a Educação Especial no Brasil é entendida também como um conjunto de métodos, técnicas e recursos especiais de ensino e de formas de atendimento escolar de apoio que se destinam aos alunos que não conseguem atender às expectativas e exigências da educação regular.

Teberoski e Cardoso (1994, p.14), com relação ao ensino na educação especial, acreditam que é necessário que haja uma prática eficaz. Compreende-se por prática eficaz, aquela que “consiste num objeto de reflexão, ou seja, entender

por que se faz o que se faz, e ser capaz de modificar o que for necessário, aceitar o que não poder ser modificado e saber discriminar as diferenças em cada caso”.

Assim, fundamentada no princípio “Educação é um direito de todos”, as escolas devem trabalhar com um conjunto de recursos educacionais, sejam eles humanos, materiais ou tecnológicos, buscando promover a educação e dar suporte para as famílias no sentido de incentivar a permanência na escola.

Seguindo os princípios gerais da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, a escola contempla a diversidade das demandas educacionais, possuindo uma estrutura organizacional que busca um espaço desafiador, tornando a prática pedagógica um instrumento emancipador para os educandos.

Sobre a legislação brasileira sobre os direitos da pessoa com necessidades especiais, a Carta Magna é a lei maior de uma sociedade política, como o próprio nome sugere. Em 1988, a Constituição Federal, de cunho liberal, prescrevia, no seu artigo 208, inciso III, entre as atribuições do Estado, isto é, do Poder Público, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A garantia constitucional resultava do compromisso liberal do Estado brasileiro de educar a todos, sem qualquer discriminação ou exclusão social e o acesso ao ensino fundamental, para os educandos, em idade escolar, sejam normais ou especiais, passa a ser, a partir de 1988, um direito público subjetivo, isto é, inalienável, sem que as famílias pudessem abrir mão de sua exigência perante o Poder Público (Martins, 2004).

A Constituição Brasileira, no Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Artigo 205 prescreve: "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família". Em seu Artigo 208, prevê: "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Sobre as instituições específicas para a educação especial, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000), é preciso repensar sobre o seu papel, sua função, seu foco, sua finalidade, seus valores. Essa é uma necessidade essencial, pois significa considerar características, ânsias, necessidades e motivações dos alunos, da comunidade local e da sociedade em que ela se insere. A escola tem necessidade de encontrar formas variadas de mobilizações e de

organização dos alunos, dos pais e da comunidade, integrando os diversos espaços educacionais que existem na sociedade.

O funcionamento APAES se dá na forma das leis que regem a educação formal, cumprindo 200 dias letivos e 800 horas anuais, nos períodos matutino e vespertino, sendo que alguns educandos participam em período integral por freqüentarem programas pedagógicos e de educação profissional. Ocorrem também semanalmente aulas complementares de artes e educação física. Os princípios pedagógicos partem da premissa que a educação é um ato de construção social e que não deve se limitar à instituição escolar. Torna-se necessário uma articulação com as famílias, empresários e outras entidades representativas que possibilitem um conjunto de ações que garantam as especialidades da própria dinâmica da formação para o exercício da cidadania<sup>2</sup>.

A Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330).

Entretanto, de acordo com MAZZOTA (1996), os professores do ensino regular consideram-se sem competência para atender às diferenças nas salas de aula, especialmente aos alunos com deficiência nas suas salas de aulas, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.

Há também um movimento contrário de pais de alunos sem necessidades especiais, que não admitem a inclusão, por acharem que as escolas vão baixar, ou até mesmo, piorar ainda mais a qualidade de ensino se tiverem de receber esses novos alunos ( MAZZOTA, 1996).

Todavia, a presença de necessidades educacionais especiais, cujo atendimento esteja além das condições e possibilidades dos professores e dos demais recursos escolares comuns, demandará a provisão de auxílios e serviços educacionais propiciados por professores especialmente preparados para atendê-las. Por outro lado, as necessidades educacionais especiais são, às vezes, acompanhadas de necessidades especiais de outras ordens e que requerem também a intervenção da escola no sentido de encaminhar, orientar ou viabilizar o

atendimento necessário, ainda que do âmbito social, médico ou outro, de forma indireta, cooperativa e integrada à educação escolar. Essas ponderações estão de acordo com a expectativa, mais freqüente, de que cada vez mais crianças com necessidades educacionais especiais estejam nas classes comuns e escolas comuns, sendo efetivamente atendidas em suas demandas escolares, ao mesmo tempo em que cada vez menos classes e escolas especiais sejam necessárias.

Assim, a educação especial e as conseqüentes discussões sobre a forma de educar crianças com necessidades especiais demonstram novas tendências educativas que convergem para a integração e a inclusão. Cabe redefinir os termos, posto que integração e inclusão, apesar de princípios e propostas semelhantes, compatíveis, constituem conceitos diferentes, sendo a integração anterior à inclusão; sendo a inclusão uma prática de inserção mais radical, completa e sistemática, afirma Mantoan (1998).

É preciso uma visão mais contemporânea da escola especial, pois os conhecimentos de cada área devem ser utilizados na produção de projetos comuns e os alunos devem saber como aquilo que estudam tem a ver com o que vivem. Mesmo nos dias atuais, quando tanto se fala em não discriminação, as pessoas com necessidades especiais, independentemente do tipo de deficiência apresentada, ainda são colocados à margem da sociedade e sofrem dentro das escolas regulares. Mas, através da integração, todas as pessoas, independente da sua idade, sexo, país ou capacidade física ou mental, poderão conquistar seu espaço.

Esta afirmação é a base para se começar a falar sobre integração ou inclusão, cada vez mais solicitadas em escolas públicas de ensino regular, buscando ajudar, de maneira bastante expressiva, a educação em si, pois a utilização de incentivos adequados permite um desenvolvimento nas relações do aluno com a escola.

<sup>2</sup> A Escola de Educação Especial Bem Me Quer - APAE, de Matinhos, oferece atendimento terapêutico nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, e, médico nas áreas de psiquiatria e neuropediatria.

## 2 A FAMÍLIA E A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao longo da história brasileira, a família vem passando por transformações importantes que relacionam-se com o contexto sócio-econômico-político do país. A família, segundo Gokhale (1980, p.23), não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social: “A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas”.

Embora a cada momento histórico corresponda um modelo de família preponderante, ele não é único, ou seja, concomitante aos modelos dominantes de cada época, existiam outros, com menor expressão social. Além disso, o surgimento de uma tendência não eliminava imediatamente a outra, prova disto é que no início do século XXI, ainda se pode identificar a presença do homem patriarca, da mulher "rainha do lar" e da mulher trabalhadora. Assim, não se pode falar de família, mas de famílias, para que se possa tentar contemplar a diversidade de relações que convivem em nossa sociedade. Outro aspecto a ser ressaltado, diz respeito ao significado social da família, da razão de sua existência (KALOUSTIAN, 1998).

Para estudar os tipos de família, seria necessário avaliar a composição, organização e pessoas significativas dentro de um determinado grupo.

Assim, KALOUSTIAN (1998), aponta que a família tradicional composta por pai, mãe e filho é o que se chama de família "nuclear" ou "normal". Mas, devido às alterações econômicas e sociais ocorridas através do tempo, as famílias também foram se reestruturando e modificando, houve inversões de papéis e, com isso, mudanças que não poderiam existir sem causar alterações também na sociedade.

Para Kaloustian (1998), essa variação depende muito também de fatores culturais como em alguns países que admite poligamia, monogamia entre pessoas de um mesmo grupo e até do mesmo sexo, a união de pessoas do mesmo sexo, etc. Além dessas experiências citadas existem também as chamadas famílias “originais”, por que não se encaixam nos conceitos básicos de família, Elas nasceram da transformação dos costumes, dentro da evolução da espécie, modificada pelos conceitos do mundo moderno.

De acordo com o autor, dentre os modelos de famílias “originais”, pode-se citar os seguintes exemplos: casamento de Participação: marido e mulher participam das mesmas tarefas caseiras e externas com os mesmos direitos e oportunidades; casamento Experimental: consiste na coabitação durante algum tempo, sendo que a situação será legalizada após o primeiro filho; união Livre: em certos aspectos é semelhante à anterior, porém caracteriza pela intenção de recusa da formalização religiosa e legalização civil, mesmo com presença de filhos; a Família Homossexual: quando duas pessoas do mesmo sexo em alguns países permite-se até a adoção (KALOUSTIAN, 1998).

Desta forma, a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (KALOUSTIAN, 1998).

Segundo Schneider (apud ANDI, 2010), para que os bebês desenvolvam seus sentimentos, pensamentos e estrutura emocional, necessitam mais do que cuidados essenciais de calor, higiene e alimentação. "Precisam, sobretudo, de um ambiente familiar que lhes transmita confiança, amor, atenção, afeição e oportunidades para brincar e fazer descobertas".

Desta maneira, pode-se dizer que a família é a primeira e mais significativa referência para o bebê, sendo que os vínculos ali estabelecidos influenciarão sua capacidade para formar novas relações humanas.

As crianças aprendem de diversas maneiras. Algumas crianças gostam de aprender as coisas de um certo modo enquanto que outras se sentirão mais confortáveis aprendendo a mesma, mas de uma maneira totalmente diferente. Assim, para cada crianças há experiências educacionais muito mais eficazes, divertidas de fazer do processo de aprendizagem um ato de prazer e a família é ponto fundamental para que a criança possa se desenvolver adequadamente.

Entretanto, para muitos pais a escola é responsável pela educação dos seus filhos, jogando a responsabilidade, tanto em relação ao desenvolvimento

emocional quanto em relação a maus comportamentos, sobre a própria escola.

De acordo com Amiralian ( Apud ANDI, 2010, p. 33):

Tanto a família como a escola tem papel preponderante no desenvolvimento do ser humano. Se pensarmos na teoria do amadurecimento proposta por Winnicott que nos diz que o indivíduo em seu desenvolvimento caminha em relação ao ambiente de uma dependência absoluta para uma dependência relativa e desta rumo a independência, vemos que o ambiente é sempre fundamental para o indivíduo. O ser humano é um ser interacional pela própria natureza, ele só existe na relação com outro ser humano. Por outro lado deve-se lembrar que quanto mais próximo ele estiver do seu início mais ele dependerá do ambiente, Desta forma o papel da família é preponderante na constituição do indivíduo em seus primeiros momentos de desenvolvimento e de vida, mas quando a criança entra na escola esta também torna-se responsável pelo seu bom desenvolvimento. A escola poderá ou não se constituir como um ambiente facilitador para o desenvolvimento pleno de seus alunos, tanto considerando seu desenvolvimento somático, como o afetivo-emocional e cognitivo.

O que ocorre, entretanto é que, por não ficar com os filhos o suficiente para educá-los, por trabalhar fora, os pais usam isso como desculpa, deixando os filhos fazerem tudo quando estão juntos, deseducandos-os, quando deveriam aproveitar o pouco tempo que ficam juntos para melhorar a educação dos filhos.

Para Ackerman (1991 apud Valente, 1995, p. 29), a família é uma entidade paradoxal e indefinível, assumindo muitos aspectos: “é a mesma em qualquer lugar, contudo nunca permaneceu a mesma”. Assim, pode-se dizer que a forma da família, através do tempo, é o produto de um processo inconsciente de evolução. Sua forma molda-se às condições de vida que predominam em algum tempo e lugar.

A família é um importante espaço de aprendizagem, pois desde pequenas as crianças aprendem a sentir, a reconhecer objetos e pessoas, a utilizar os objetos e finalmente a tirar proveito de tudo aquilo que faz parte de suas vidas. Assim, os pais, os irmãos, e familiares em geral, são agentes ativos no processo de ensino/aprendizagem.

Desta forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55º, traz a necessidade de adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno, bem como conscientizar e comprometer os segmentos sociais, a comunidade escolar, a família na defesa de seus direitos e deveres.

Mamede (apud BRASIL, 2002, p.12), indica que “um dos principais requisitos para o estímulo do desenvolvimento infantil é a disponibilidade afetiva da família. A família precisa valorizar a brincadeira, o mundo do faz-de-conta da criança”.

Para Tiba (1996, p. 37), “a educação formal é dada pela escola, porém, a educação global é feita a oito mãos: pela escola, pelo pai e pela mãe e pelo próprio adolescente”. Desta forma, é preciso orientar os pais que, ao depositarem suas expectativas de aprendizagem sobre seus filhos, tenham em mente que a criança possui fases de maturação que devem ser respeitadas, além de seus próprios desejos, é claro. Assim, por exemplo, não se pode cobrar de uma criança com deficiência visual uma aprendizagem compatível a uma criança com visão normal ou, ao contrário, imaginar que ela não tem capacidade para aprender.

Há muita dificuldade por parte da família e da sociedade, em geral, para lidar com a afetividade dos portadores de necessidades especiais. Falta acesso à informação adequada sobre o tema. Outro problema é a ausência de materiais educacionais específicos para portadores de deficiências especiais. A melhor forma para trabalhar estas questões é a conversa.

Os pais devem respeitar os limites da criança no que diz respeito ao seu desenvolvimento físico, mental e social, deixando a mesma crescer conforme suas possibilidades. Quando os pais forçam a aprendizagem de seus filhos eles poderão estar contribuindo para o fracasso da criança, pois não estando preparada para tal aprendizagem ela se julgará incapaz, causando até problemas de baixa auto-estima na criança.

É preciso respeitar, também, a individualidade da criança, pois a aprendizagem se dá de forma dinâmica, tanto o progresso quanto o retrocesso de uma criança geram respostas, assim sendo, o sucesso ou fracasso da criança é o resultado de mensagens inconscientes dos pais, que tendem a determinar o comportamento de seus filhos.

O ambiente familiar influencia de diversas formas a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, principalmente nos primeiros anos de vida. Assim, se a criança for criada num ambiente hostil, provavelmente essa hostilidade se refletirá fora do ambiente familiar. O amor no ambiente familiar é de fundamental importância (já que alguns problemas de aprendizagem são decorrentes do problemas

emocionais e afetivos), pois a criança desenvolve atitudes positivas em relação a si mesma e aos outros, sendo importante durante o período de socialização.

Entretanto, para muitos pais a escola é responsável pela educação dos seus filhos, jogando a responsabilidade, tanto em relação ao desenvolvimento emocional quanto à aprendizagem, sobre a própria escola. O que ocorre, entretanto é que, por não ficar com os filhos o suficiente para educá-los, os pais usam isso como desculpa, quando deveriam aproveitar o pouco tempo que ficam juntos para melhorar a educação dos filhos.

Entretanto, a escola não tem condições de dar atenção exclusivamente a uma determinado aluno e muitos pais só se entendem bem com os filhos quando estão falando mal da escola. Isso faz com que a escola, na maioria das vezes, não tenha o apoio dos pais em relação ao comportamento dos filhos que, ao serem comunicados dos acontecimentos na escola, dão a razão ao filho e acabam tirando-os da escola e levando-os para outra achando, que o problema está somente na escola, não aceitando que o filho também erra e deixa de educá-lo.

A família tem todos os recursos necessários para ajudar na construção da aprendizagem das crianças, sendo que o sucesso escolar depende da harmonia entre a família, a aprendizagem e as emoções, pois muitos problemas de aprendizagem ou dificuldade de adaptação da criança na escola têm origem no universo familiar e nas expectativas dos pais sobre os filhos com relação ao aprender; tem a ver com valores, ideologias e os segredos do grupo familiar.

É preciso, então, que a família assuma o papel de principal estrutura de aprendizagem, satisfazendo às necessidades físicas, sociais e mentais da criança buscando seu desenvolvimento, nem além, nem aquém de suas necessidades.

### **3 A ESCOLA E A FAMÍLIA: COMO SE DÁ ESSA RELAÇÃO**

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55º, a Política Nacional de Educação Especial, que adota como umas de suas diretrizes gerais: adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno, bem como conscientizar e comprometer os

segmentos sociais, a comunidade escolar, a família e o própria pessoa com necessidades especiais, na defesa de seus direitos e deveres, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), artigos 1º, 2º, 6º e 12º.

O papel da família também inclui a atenção especial com a educação formal das crianças. Ela pode influenciar na qualidade do ensino que é oferecido aos seus filhos. Por meio da participação na rotina das instituições de ensino, na formulação do projeto pedagógico das creches e pré-escolas e na eleição de prioridades em termos de atividades pedagógicas, instalações, materiais e recursos humanos.

Entretanto, um dos grandes problemas enfrentados pelas escolas é a necessidade de incentivar a participação da família na vida escolar dos filhos. Isso ocorre porque seus membros estão cada vez mais distantes uns dos outros, o que pode influenciar de forma negativa o processo de aprendizagem das crianças.

Todas as pessoas podem incluir-se como membros integrantes e ativos das sociedades em que vivem, desde que estejam sujeitos a movimentos sociais e favorecidos pelo avanço científico, com oportunidades iguais, favorecendo o desenvolvimento do ideal democrático através de um ambiente o menos restritivo possível.

Nessa reflexão, é necessário que haja maior aproximação entre pais e escolas. Para que isso aconteça é preciso que os envolvidos no processo educacional promovam essa integração, indo às comunidades nas quais estão inseridos .

No entanto, para se integrar na família, escola e comunidade o indivíduo necessita interagir, através de pessoas e objetos, desempenhando atividades básicas de rotina, locais e externas, fundamentais e indispensáveis para a inserção em seu meio social, com autonomia moral e intelectual.

A participação da escola e da família no desenvolvimento social do indivíduo que apresenta alguma necessidade especial traz implicações fundamentais, pois há grande dificuldade por parte de familiares e professores da rede regular de ensino em favorecer o seu desempenho, em conseqüência da falta de credibilidade na capacidade da pessoa de desenvolver algumas atividades que implicam no desconhecimento dos meios de execução com eficiência.

É preciso reconhecer que a família, independentemente do modelo como se apresente, pode ser um espaço de afetividade e de segurança, mas também de

medos, incertezas, rejeições, preconceitos e até de violência. Desta forma, é fundamental conhecer os alunos e as famílias com as quais a escola lida. Este conhecimento se transforma em dados preciosos para que se possa avaliar o êxito das ações enquanto educadores, identificar demandas e construir propostas educacionais compatíveis com a nossa realidade.

Assim, é de absoluta importância a integração da família, do profissional e da instituição na educação, pois conhecendo e sabendo como se dá a participação da família na educação dos filhos e as dificuldades enfrentadas, é que a escola desempenhará seu papel de assistir a família no cumprimento dessa responsabilidade.

Carvalho (2003) aponta a importância da interação dos agentes escolares e familiares: “Nas suas relações cada um influencia o outro e desde essa perspectiva educativa, os professores são considerados como as pessoas mais preparadas e capazes de elevar o nível de desenvolvimento não só dos alunos, mas de sua família também. A interação desses fatores fornece uma nova configuração da relação escola-família, ressaltando a importância da escola no sentido de considerar as necessidades familiares relacionadas aos aspectos psicológicos, sociais e éticos” (p. 51).

Para o autor, a escola “deve informar com segurança os prognósticos de cada caso, a adaptação de recursos e o encaminhamento escolar, orientando a família sobre as necessidades de cada criança. Mas principalmente incentivando a família a assumir realmente a responsabilidade pela formação da criança até sua perfeita integração à sociedade” (CARVALHO, 2003, p. 51).

O convívio de famílias e escola possibilita a troca de experiências, o apoio mútuo e o conhecimento dos serviços oferecidos pela instituição, criando excelentes oportunidades de orientação e desenvolvimento do trabalho.

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55º, a Política Nacional de Educação Especial (2008), que adota, como diretrizes gerais, a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno, bem como a conscientização e o comprometimento dos segmentos sociais, a comunidade escolar, a família e o própria pessoa com necessidades especiais, na defesa de

seus direitos e deveres, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), artigos 1º, 2º, 6º e 12º.

Na relação família/educadores, um sujeito sempre espera algo do outro. E para que isto de fato ocorra é preciso ser capaz de construir coletivamente uma relação de diálogo mútuo, onde cada parte envolvida tenha o seu momento. A capacidade de comunicação exige a compreensão da mensagem que o outro quer transmitir e para tal faz-se necessário o desejo de querer escutar o outro, a atenção às idéias emitidas e a flexibilidade para recebermos idéias que podem ser diferentes das nossas.

Conectar a inter-relação escola-família de forma mais estreita significa construir e desenvolver comunidades nas quais poderemos satisfazer nossas necessidades básicas ao aspirar uma melhor qualidade de vida para as gerações futuras. Para isso é preciso não só aprender sobre os princípios de convivências comunitárias como também exercitar esses princípios por meio de relações mais frutíferas e compromissadas com o desenvolvimento educacional e social. É preciso revitalizar as comunidades colaborando para colocar claramente os princípios da inter-relação numa prática de relações sociais fortalecidas pelo respeito, pela eficácia das ações e pela luta por uma cidadania digna.

Tanto as comunidades escolares como as comunidades familiares não podem permanecer distanciadas em seu processo de desenvolvimento e funcionamento organizacional, mas devem estar vinculadas e abertas aos recursos educacionais que dispõem e determinar por sua historicidade a dimensão cognitiva e educativa que pretendem aplicar no processo de desenvolvimento humano, e mais precisamente no acompanhamento das novas gerações.

Família e escola são os pilares da formação do indivíduo. Assim, cabe aos pais e à escola a preciosa tarefa de transformar a criança imatura e inexperiente em cidadão maduro, participativo, atuante, consciente de seus deveres e direitos, possibilidades e atribuições.

#### **4 OS PROCESSOS DE INCLUSÃO NA APAE DE MATINHOS**

A Escola de Educação Especial Bem Me Quer - APAE, de Matinhos atualmente tem 77 alunos matriculados, distribuídos da seguinte forma: 0 à 03 anos: 04 alunos , 04 à 06 anos: 08 alunos, 07 à 14 anos: 25 alunos, Acima de 15 anos: 40 alunos.

O processo de inclusão dos alunos da escola especial da APAE inicia-se através do conselho de classe que ocorre semestralmente. Através desse processo são levantadas as possibilidades de inclusão para a escola regular. Os casos são avaliados individualmente e o protocolo é seguido em sua particularidade. De acordo com o relato da diretora da instituição, a equipe trabalha através de avaliações que são feitas por todos os profissionais envolvidos na educação e saúde desse aluno, é através da avaliação multiprofissional que é concretizada a emancipação desse aluno para a escola regular. Primeiramente verifica-se com o núcleo de educação setor de educação especial a possibilidade de inclusão, em seguida verifica-se com a família, pois ela tem o papel fundamental na decisão e depende dela o sucesso desse processo. Para finalizar encontra-se uma escola de ensino normal que esteja preparada para receber tal aluno. Como mencionado anteriormente todos os casos são tratados em sua particularidade, e por isso cada aluno mesmo tendo o processo de inclusão efetivado ainda assim continua a freqüentar a APAE, pois continua seu tratamento na parte clínica, isto é, ainda assim é assistido pela instituição. Em alguns casos isso ocorre de forma gradativa, isto é, há um processo de adaptação para que o aluno sinta-se amparado nesse percurso por um período de até 06 meses.

Já com relação a educação profissionalizante atualmente existem dois programas na instituição, o AJA que é um programa voltado a alfabetização de adolescentes e adultos e o programa de Habilitação Profissional onde alunos que depois de inúmeras avaliações são constatados alunos com intelecto menor investe-se então na capacidade desse aluno em fazer trabalhos manuais.

De acordo com as Diretrizes Curriculares, (2001, p. 27) para a educação especial a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a

ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Partindo da premissa de que o processo de inclusão é um processo sem volta é preciso compreender a importância desse trabalho na Escola de Educação Especial Bem Me Quer - APAE, de Matinhos , pois tratam-se de seres humanos e não de peças onde tiramos e colocamos em qualquer lugar a qualquer tempo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As limitações não podem ser consideradas como pressuposto único para o desenvolvimento social de pessoas com necessidades especiais. Estas pessoas são seres integrais e como tal devem ser consideradas. A inclusão na sociedade, e supostamente democrática, fará delas sujeitos, não só para usufruir, mas para produzir, e como produtores serão também trabalhadores. Caso contrário estas pessoas serão apenas mais uma engrenagem da grande máquina capitalista.

Com relação ao tratamento dado à Educação Especial pelos órgãos nacionais, percebe-se que a política educacional de Educação Especial tem direcionado suas ações no sentido de promover a integração e a participação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais em todas as atividades da escola, proporcionando-lhes, assim, a igualdade de oportunidades. A legislação brasileira determina que a educação especial deva ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, indicando a concretização da política de integração.

A integração social começa antes da pessoa com deficiência ir para a escola. Começa já em casa, com a família, com o conhecimento de sua própria história, passando pela concepção, nascimento e fases episódicas da vida, marcadas pela escolarização, profissionalização, vida afetiva e contínua.

Entretanto, é preciso conhecer mais profundamente as condições reais da educação especial. A partir daí torna-se possível identificar e dimensionar os principais pontos da mudança necessária para o alcance da qualidade que se espera da educação para portadores de necessidades especiais.

Assim, uma das sugestões é que escola e família, procurem adotar atitudes éticas, procurando respeitar os espaços, tanto de alunos como da comunidade em geral, pois esta mudança poderá transformar o trabalho pedagógico, uma vez que todos os princípios estão fundamentados na busca de um melhor processo de produção de qualidade.

Uma escola de qualidade, com respeito aos valores morais e éticos é possível, desde que todos os envolvidos no processo ensino/aprendizagem cumpram sua parte. Obviamente esta mudança não pode ser imediata, é preciso “paciência histórica”, realizando um pouco a cada dia, tendo sempre em mente um projeto gradativo até criar uma cultura de qualidade, ou seja, até conseguir o

compromisso de todos com a melhoria de todos os processos: desafio na educação,  
o ensinar e o aprender.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição. **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069, de julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9424, de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Educação fundamental. **Educar é uma tarefa de todos nós: um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de nossas crianças.** Brasília: Assessoria Nacional do Programa Parâmetros em Ação, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: SEESP/MEC, 1994.

BRASIL. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: SEESP/MEC, 2008.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e lingüística.** São Paulo: Scipionie, 1995.

CARVALHO, M. E. P. **Pesquisa sobre o dever de casa: práticas atuais e visões de professoras, estudantes de pedagogia e mães.** João Pessoa – PB: Centro de Educação da UFPB, 2003.

CARVALHO, Maria T. S; ALMEIDA, Marlene C. **Ensinando crianças excepcionais**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1971.

GOKHALE, S.D. A Família Desaparecerá? In **Revista Debates Sociais** nº 30, ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980.

KALOUSTIAN, S.M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

MANTOAN, M. T. E.. **Integração X Inclusão**: educação (de qualidade) para todos. Pátio- revista pedagógica 5, 48 – 51, 1998.

MARTINS, V. Dislexia e educação especial. *In.*: Bello, J. L. P. **Pedagogia em Foco**, 2001. Fortaleza. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx03.htm>. Acesso em 20 set. 2010.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

TEBEROSKY, A & CARDOSO, B. **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita**. Campinas/Petrópolis: UNICAMP, Vozes, 1994.

TIBA,I. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.

VALENTE, Maria Luísa Louro de Castro. **Fracasso Escolar: Problema de Família**. São Paulo: HVF Arte e Cultura, 1995.

BRASIL, Ministério da Educação.**Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria da Educação Especial - MEC; SEESP, 2001.